



**CURSO DE DIREITO**

**SARAH TEÓFILO HOLANDA SARAIVA**

**A INTERFACE ENTRE INOVAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO: DESAFIOS E  
OPORTUNIDADES – UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ**

**FORTALEZA**

2023

**SARAH TEÓFILO HOLANDA SARAIVA**

**A INTERFACE ENTRE INOVAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO: DESAFIOS E  
OPORTUNIDADES – UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Direito  
da Faculdade Ari de Sá.

Orientador: Prof. Dr. Marlene Pinheiro  
Gonçalves

**FORTALEZA**

**2023**

Folha destinada à inclusão da **Ficha Catalográfica** a ser solicitada à Biblioteca da FAS e posteriormente impressa no verso da Folha de Rosto (folha anterior).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Faculdade Ari de Sá

Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S243a SARAIVA, SARAH TEÓFILO HOLANDA.  
A INTERFACE ENTRE INOVAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES –  
UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ / SARAH TEÓFILO HOLANDA  
SARAIVA. – 2023.  
44 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Ari de Sá, Curso de Direito, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Profa. Dra. MARLENE PINHEIRO GONÇALVES.

1. INOVAÇÃO. 2. EMPREENDEDORISMO. 3. UNIVERSIDADES. 4. STARTUPS. 5. OSLO. I.  
Título.

CDD 340

---

**SARAH TEÓFILO HOLANDA SARAIVA**

**A INTERFACE ENTRE INOVAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES – UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito da Faculdade Ari de Sá.

Orientador: Prof. Dr. Marlene Pinheiro Gonçalves

Aprovada em: 11/12/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marlene Pinheiro Gonçalves  
Faculdade Ari de Sá

---

Prof. Me. Eugênio Ximenes Andrade  
Faculdade Ari de Sá

---

Me. Augusto César Moura de Macêdo  
Universidade Federal do Ceará

**RESUMO**

Este estudo se concentra na dinâmica desafiadora e repleta de oportunidades que envolve a interação entre inovação e regulamentação, com um foco específico na Universidade Federal do Ceará (UFC). Em um mundo onde a inovação desempenha um papel vital na economia e na sociedade, o equilíbrio entre fomentar a criatividade e cumprir as regulamentações é um desafio significativo. Essa pesquisa adota a UFC como estudo de caso, explorando como a instituição aborda essa complexa relação e examinando os desafios enfrentados pelas startups incubadas em seu Parque Tecnológico. Analisamos estratégias de inovação, adaptações necessárias para enfrentar as regulamentações e, principalmente, as oportunidades que surgem quando a inovação e a conformidade regulatória se entrelaçam. Além disso, este estudo identifica as melhores práticas na colaboração entre universidades e startups e destaca a importância de um ambiente regulatório que favoreça a inovação. Essas descobertas contribuem para uma compreensão mais profunda de como a UFC e outras instituições de ensino superior podem maximizar sua capacidade inovadora, enquanto empreendedores podem aprender a superar barreiras regulatórias em busca de oportunidades de mercado. Em um mundo em constante evolução, onde a inovação é a chave para o progresso, a pesquisa reforça a importância de equilibrar a criatividade com a conformidade, resultando em benefícios significativos para a sociedade e o desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** Inovação, Regulamentação, Universidade, Startups, Desafios, Oportunidades.

## ABSTRACT

This study focuses on the challenging and opportunity-laden dynamics surrounding the interaction between innovation and regulation, with a specific focus on the Federal University of Ceará (UFC). In a world where innovation plays a vital role in the economy and society, striking a balance between fostering creativity and complying with regulations poses a significant challenge. This research adopts UFC as a case study, exploring how the institution navigates this intricate relationship and examining the challenges faced by startups incubated in its Technological Park. We analyze innovation strategies, necessary adaptations to meet regulations, and, most importantly, the opportunities that arise when innovation and regulatory compliance intertwine. Furthermore, this study identifies best practices in collaboration between universities and startups, emphasizing the importance of a regulatory environment that fosters innovation. These findings contribute to a deeper understanding of how UFC and other higher education institutions can maximize their innovative capacity, while entrepreneurs can learn to overcome regulatory barriers in pursuit of market opportunities. In a constantly evolving world where innovation is key to progress, the research underscores the importance of balancing creativity with compliance, resulting in significant benefits for society and economic development.

**Keywords:** Innovation, Regulation, University, Startups, Challenges, Opportunities.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição regional das startups.	9
Figura 2 - Modelo Kline e Rosenberg	21
Figura 3 - A estrutura de mensuração da inovação – Manual de Oslo	23



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Inovação	17
Quadro 2 - Conceito de Inovação no Brasil	19

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b>	<b>14</b>
2.1 CONCEITO DE INOVAÇÃO	14
2.2 MODELOS DE INOVAÇÃO	21
2.3 GESTÃO DA INOVAÇÃO E A LEGISLAÇÃO FEDERAL	25
2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
2.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTA	28
<b>3 CONCLUSÃO</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>33</b>
<b>ANEXO - ENTREVISTAS</b>	<b>34</b>
<b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

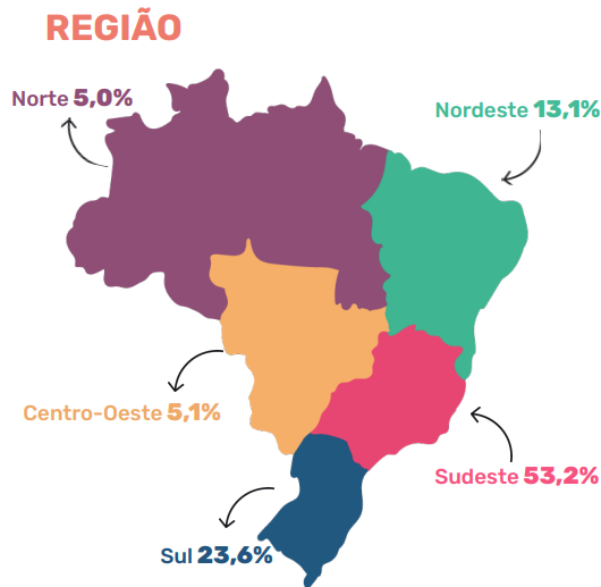
O empreendedorismo, em especial no contexto das startups, experimenta um crescimento notável no cenário brasileiro, impulsionando significativamente o desenvolvimento econômico e o fomento de inovações. Esse fenômeno é resultado de uma interação complexa de fatores, como a crescente valorização do empreendedorismo como uma força motriz da economia, os avanços tecnológicos que possibilitam a criação de soluções inovadoras e a busca contínua por avanços em diversas áreas.

Figura 1 - Distribuição regional das startups.

### DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS STARTUPS

#### PRINCIPAIS ESTADOS

São Paulo (SP)	36,3%
Santa Catarina (SC)	9,4%
Minas Gerais (MG)	8,8%
Paraná (PR)	7,4%
Rio Grande do Sul (RS)	6,8%
Rio de Janeiro (RJ)	6,0%
Bahia (BA)	3,4%
Ceará (CE)	2,9%
Espírito Santo (ES)	2,1%
Goiás (GO)	1,9%



Fonte: ABStartups

A distribuição regional das startups no Brasil revela uma paisagem empreendedora diversificada, com São Paulo liderando significativamente, representando 36,3% do cenário. Este estado destaca-se como o epicentro de inovação e tecnologia. Santa Catarina segue com uma participação considerável de 9,4%, indicando um ambiente favorável para o desenvolvimento de empreendimentos

inovadores. Minas Gerais contribui com 8,8%, evidenciando um ecossistema empreendedor robusto.

O Paraná, com 7,4%, e o Rio Grande do Sul, com 6,8%, também desempenham papéis significativos, refletindo ambientes empreendedores ativos. O Rio de Janeiro, com 6,0%, mantém uma presença dinâmica no cenário de startups. Estados como Bahia (3,4%), Ceará (2,9%), Espírito Santo (2,1%), e Goiás (1,9%) também fazem parte desse panorama, contribuindo para a diversidade geográfica das iniciativas inovadoras no país.

Esses números sugerem um mosaico empreendedor, com diferentes estados desempenhando papéis importantes no impulsionamento da inovação e no desenvolvimento de startups, evidenciando a riqueza e a variedade do ecossistema empreendedor brasileiro.

No âmbito regional, o estado do Ceará testemunha um aumento substancial na importância do empreendedorismo, das startups e da inovação. A contribuição desses elementos para o crescimento econômico e o desenvolvimento regional é notável. O empreendedorismo, em sua essência, promove a criação de novos negócios, impulsionando o mercado de trabalho e estimulando o comércio local. As startups, por sua vez, se destacam por sua capacidade inovadora e a introdução de soluções de vanguarda em setores diversos, como tecnologia, energia limpa, agricultura e turismo. Esse processo não apenas cria oportunidades de trabalho, mas também impulsiona o crescimento econômico ao atrair investimentos, estimular o consumo e promover a competitividade.

A inovação emerge como um fator-chave para impulsionar a competitividade das empresas locais e para moldar um horizonte de desenvolvimento econômico sustentável. Ao adotar práticas inovadoras, tecnologias avançadas e modelos de negócios disruptivos, as empresas cearenses não apenas se destacam no mercado, mas também contribuem para a construção de uma economia mais dinâmica e resiliente.

O investimento em inovação no Ceará não apenas fortalece as empresas em termos de eficiência e diferenciação, mas também desempenha um papel vital na criação de empregos qualificados e na promoção de uma base econômica diversificada. A introdução de soluções inovadoras pode catalisar o crescimento local, gerando impactos positivos na comunidade e fomentando um ambiente propício para o surgimento de novos empreendimentos.

Olhando para o horizonte de longo prazo, a ênfase na inovação no Ceará tem o potencial não apenas de melhorar a competitividade local, mas também de posicionar o estado como um polo de inovação reconhecido nacional e internacionalmente. Ao destacar casos de sucesso e práticas inovadoras, o Ceará pode atrair investimentos, colaborações e eventos de prestígio, consolidando sua posição no cenário global de inovação, atraindo investimentos estrangeiros, o que atrai talentos e empresas inovadoras. Esse ciclo virtuoso impulsiona o desenvolvimento econômico sustentável.

Portanto, ao investir em inovação, o Ceará não apenas busca melhorar a competitividade local, mas também visa a uma transformação de longo prazo, posicionando o estado como um protagonista no cenário nacional e internacional da inovação, contribuindo assim para o crescimento econômico e a sustentabilidade a longo prazo.

Além disso, a inovação fomentada por startups e empreendedores desempenha um papel crucial na melhoria da eficiência e na competitividade das empresas já estabelecidas na região do Ceará. À medida que essas inovações são adotadas por empresas locais, elas podem melhorar a produtividade, reduzir custos e expandir a capacidade de exportação, contribuindo diretamente para o crescimento econômico sustentável.

Outro aspecto relevante é a capacidade de atrair investimentos e talentos para a região. Ecossistemas de startups prósperos atraem investidores locais e internacionais, bem como talentos qualificados, estimulando o desenvolvimento da infraestrutura de pesquisa e inovação, fortalecendo a economia e a base de conhecimento local. Além disso, a pesquisa e o desenvolvimento liderados por startups podem levar ao desenvolvimento de produtos e serviços de alto valor agregado, impulsionando ainda mais o crescimento econômico e criando uma base sólida para o futuro.

No entanto, apesar dos benefícios evidentes da inovação, esse panorama não está isento de desafios substanciais que podem impactar significativamente o desenvolvimento de projetos inovadores no contexto cearense. A escassez de recursos financeiros emerge como um obstáculo fundamental, podendo prejudicar o avanço de iniciativas inovadoras. A obtenção de financiamento adequado e o alinhado às normas estabelecidas torna-se uma tarefa desafiadora para empreendedores e startups, muitas vezes dificultando a implementação efetiva de suas ideias.

Além disso, a proteção dos resultados provenientes de pesquisas e inovação por meio da propriedade intelectual representa uma empreitada complexa. A necessidade de uma abordagem estratégica para assegurar a propriedade e a segurança das descobertas pode envolver obstáculos legais e burocráticos consideráveis, especialmente para aqueles que estão dando os primeiros passos no universo empreendedor.

A colaboração entre o setor privado, incluindo empresas locais, e as instituições acadêmicas é reconhecida como essencial para impulsionar a inovação. No entanto, essa parceria enfrenta desafios decorrentes das diferenças culturais e de interesses entre universidades e empresas. A conciliação de objetivos muitas vezes distintos pode requerer um esforço extra para estabelecer relações eficazes e promover um ambiente de cooperação que beneficie ambas as partes.

A transferência de tecnologia da universidade para o mercado, embora vital, também é um processo intrincado. Questões legais, regulatórias e comerciais adicionam camadas de complexidade, demandando uma gestão cuidadosa para garantir uma transição suave e eficiente do conhecimento acadêmico para produtos ou serviços comercializáveis.

Adicionalmente, a competitividade global impõe pressões significativas. As universidades, em sua busca pela inovação, precisam adaptar constantemente suas abordagens para atender às demandas em evolução do mercado internacional. Isso requer uma flexibilidade e agilidade notáveis para acompanhar as tendências globais e garantir que as iniciativas inovadoras permaneçam relevantes e competitivas em um cenário cada vez mais dinâmico.

Nesse contexto, a escolha do tema "A INTERFACE ENTRE INOVAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES – UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ" se justifica plenamente. Essa pesquisa visa aprofundar a compreensão das implicações da Nova Lei das Startups nas universidades, especialmente na Universidade Federal do Ceará (UFC), que desempenha um papel estratégico no desenvolvimento de startups e na promoção da inovação. A UFC é reconhecida como um importante centro de formação de profissionais qualificados e geração de conhecimento para a sociedade, contribuindo ativamente para o desenvolvimento do estado do Ceará. Por meio dessa pesquisa, busca-se entender os desafios e oportunidades que a legislação traz para as universidades e o ecossistema de inovação, permitindo a criação de estratégias mais

eficazes para promover o empreendedorismo e a inovação na região, ao longo do presente estudo serão entrevistados os atores diretamente envolvidos na implementação, desenvolvimento e consolidação do ecossistema de inovação da UFC, em busca de identificar os desafios e oportunidades que o processo da gestão da inovação, bem como propor estratégias adequadas para efetiva implementação do ecossistema.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Parte principal do trabalho, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto. É composta de capítulos que apresentam a revisão de literatura sobre o tema, bem como a metodologia. Cada seção ou subseção deverá ter um título apropriado ao conteúdo.

Deve-se utilizar preferencialmente a terceira pessoa do singular na elaboração do texto, mantendo-se a forma impessoal com o uso do pronome SE.<sup>1</sup>

### 2.1 CONCEITO DE INOVAÇÃO

A inovação, um conceito fundamental e abrangente, engloba a criação e implementação de novas ideias, processos, produtos ou serviços, visando gerar melhorias significativas e agregar valor tanto para as organizações quanto para a sociedade. Em um cenário empresarial em constante transformação, a inovação desempenha um papel crucial para o sucesso e a competitividade, permitindo que as empresas se adaptem dinamicamente ao mercado, atraindo investidores e talentos qualificados.

No contexto específico das empresas, a inovação é um elemento vital para a sustentabilidade a longo prazo. Ela não apenas impulsiona a eficiência operacional, mas também capacita as organizações a enfrentarem os desafios emergentes e a explorarem novas oportunidades. A capacidade de inovar torna-se, assim, um diferencial estratégico, permitindo que as empresas se destaquem em um ambiente empresarial cada vez mais competitivo.

Além do ambiente corporativo, a inovação desempenha um papel central em setores cruciais, como saúde, educação e sustentabilidade. Na saúde, por exemplo, novas tecnologias e abordagens inovadoras podem transformar diagnósticos e tratamentos, melhorando a qualidade de vida dos pacientes. No campo educacional, a inovação pode revolucionar métodos de ensino e aprendizado, adaptando-se às necessidades em constante evolução dos alunos. Na área da sustentabilidade, a inovação é essencial para desenvolver soluções ambientalmente conscientes e promover práticas que minimizem o impacto no meio ambiente.

---

1



Esses avanços inovadores não se limitam a benefícios empresariais, estendendo-se a um impacto positivo na sociedade. A inovação contribui para o progresso social ao melhorar a qualidade de vida, criar oportunidades econômicas e enfrentar desafios globais. Em um mundo em constante evolução, a capacidade de inovar é, portanto, um catalisador fundamental para o desenvolvimento econômico e social, moldando um futuro mais dinâmico, sustentável e progressista.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a distinção entre os conceitos de invenção e inovação. Segundo Utterback (1971), uma invenção é uma solução original que surge da síntese de informações relacionadas a uma necessidade ou desejo, mas para que tenha significado em termos econômicos, deve ser seguida por uma ação empresarial.

É crucial destacar a distinção entre invenção e inovação, conceitos muitas vezes entrelaçados, mas com significados distintos. Conforme delineado por Utterback (1971), uma invenção representa uma solução original que surge da síntese de informações relacionadas a uma necessidade ou desejo. No entanto, para ter significado em termos econômicos, a invenção deve ser seguida por uma ação empresarial.

Para ilustrar essa distinção, consideremos o exemplo de um engenheiro que desenvolve um novo material mais resistente e leve. Essa criação representa uma invenção notável, mas, para se tornar inovação, ela precisa ser introduzida no mercado de maneira eficaz. Se uma empresa utiliza esse novo material para fabricar uma nova linha de produtos e os coloca à disposição dos consumidores, isso caracteriza o processo de inovação.

Quando nos referimos a processos, a inovação ocorre em seu primeiro uso prático. Por exemplo, se uma empresa implementa um novo método de produção que aumenta significativamente a eficiência, essa mudança no processo é uma inovação. A ideia fundamental associada ao conceito de "primeiro uso" não impede a adoção subsequente de novas ideias no mercado ou o desenvolvimento de novas aplicações. Este aspecto destaca a dinâmica contínua da inovação, que se renova à medida que novas ideias são incorporadas e evoluem ao longo do tempo.

Vale ressaltar que a distinção entre invenção e inovação não fornece uma medida exata da importância econômica de uma inovação. No entanto, ela destaca a necessidade de levar uma ideia adiante o suficiente para que comece a ter um impacto econômico tangível. Em resumo, enquanto a invenção representa a criação original,

a inovação é o catalisador que leva essa criação ao mercado, impulsionando a evolução e o progresso econômico.

Dosi (1988), por sua vez, amplia a definição de inovação, considerando-a como a busca, a descoberta, a experimentação, o desenvolvimento, a imitação e a adoção de novos produtos, métodos e processos de produção e formas organizacionais. Nesse conceito expandido, o autor destaca que a inovação é um fenômeno que só pode ser compreendido após sua ocorrência, uma vez que seus resultados não podem ser previstos com precisão antes da realização da atividade de pesquisa e experimentação. O autor também menciona que, quando as atividades inovadoras são conduzidas com fins lucrativos, geralmente envolvem percepções de oportunidades ainda não exploradas. No entanto, essas percepções raramente incluem um conhecimento detalhado dos resultados possíveis dos eventos que ocorrerão. Portanto, a inovação carrega consigo um elemento fundamental de incerteza, que não é apenas resultado da falta de informações relevantes sobre eventos desconhecidos, mas é uma consequência da existência de problemas técnicos e econômicos cujas soluções são desconhecidas e da imprevisibilidade das consequências das ações inovadoras.

Diante da complexidade em estabelecer uma definição precisa para inovação e como parte dos esforços para orientar e padronizar metodologias, estatísticas e indicadores de pesquisa nesse campo, destaca-se a importância do Manual de Oslo. Este manual, uma peça fundamental na "Família Frascati" que abrange conceitos relacionados à Ciência e Tecnologia, representa um marco significativo na compreensão e mensuração da inovação.

Desenvolvido em colaboração entre o Eurostat e a OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Manual de Oslo desempenha um papel crucial ao fornecer diretrizes específicas para a coleta e interpretação de dados sobre inovação de maneira internacionalmente comparável. Sua abordagem abrangente e sua capacidade de incorporar um amplo espectro de tipos de inovação tornam-no uma referência valiosa para pesquisadores, instituições governamentais e organizações internacionais.

O Manual de Oslo não apenas oferece uma estrutura conceitual que abraça a diversidade da inovação, incluindo tanto inovações de produtos quanto de processos, mas também contribui para a padronização de práticas em pesquisas sobre inovação em nível global. Sua aceitação generalizada confere uma base sólida para a

compreensão compartilhada de inovação, promovendo consistência e confiabilidade nos resultados de estudos e pesquisas.

A relevância internacional do Manual de Oslo é evidenciada pela sua ampla adoção em diferentes países e setores. Ao estabelecer uma linguagem comum e parâmetros claros, o manual facilita a comparação de dados entre nações, permitindo uma visão mais abrangente das tendências e implicações da inovação em escala global. Dessa forma, o Manual de Oslo não apenas aprimora a qualidade das pesquisas de inovação, mas também fortalece a base para a formulação de políticas, impulsionando o avanço sustentável em áreas cruciais como ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico.

O requisito mínimo para definir uma inovação é que o produto, processo, método de marketing ou organizacional seja novo (ou significativamente aprimorado) para a empresa em questão. Isso se aplica tanto a produtos, processos e métodos pioneiros desenvolvidos pela empresa quanto aos adotados de outras empresas ou organizações. Um aspecto essencial do conceito de inovação, conforme indicado no Manual, é que a inovação deve ter sido efetivamente colocada em prática.

Seguindo as orientações do Manual, uma empresa é capaz de realizar quatro tipos distintos de inovações, cada um resultando em uma ampla gama de mudanças nas atividades da empresa. Esses tipos englobam inovações de produto, inovações de processo, inovações organizacionais e inovações de marketing. O desfecho desse processo tende a resultar em um aumento da produtividade e/ou do desempenho comercial da empresa (OECD, 1997). O QUADRO 01 contém as definições correspondentes às tipologias mencionadas no documento.

Quadro 1 - Tipos de Inovação

Tipos de Inovação	Definição	Exemplos
Inovação de Produto	Introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos. Incluem-se melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais.	- Lançamento de um smartphone com uma tecnologia de câmera inovadora.
Inovação de Processo	Implementação de um método	- Adoção de automação na

	de produção ou de distribuição, novo ou significativamente melhorado, incluindo mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares.	linha de produção para aumentar a eficiência.
Inovação de Marketing	Implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços.	- Campanha de marketing disruptiva que utiliza realidade virtual para envolver os consumidores.

Fonte: OECD (1997).

Outra questão fundamental tratada pelo Manual refere-se à classificação das inovações de produto e processo quanto ao grau de novidade de difusão. São eles: (1) Inovação para a empresa, mas já existente no mercado/setor; (2) Inovação para a empresa e para o mercado/setor; (3) Inovação para o mundo.

Os conceitos de "nova para o mercado" e "nova para o mundo" indicam se uma inovação foi implementada por outras empresas ou se a empresa foi pioneira na introdução dessa inovação no mercado ou indústria. Empresas pioneiras na implementação de inovações geralmente desempenham um papel importante no processo de inovação, uma vez que contribuem com novas ideias e conhecimentos. No entanto, o impacto econômico das inovações depende da sua adoção por outras empresas.

De acordo com o Manual, as informações sobre o grau de novidade podem ser usadas para identificar os agentes envolvidos no desenvolvimento e na adoção de inovações, examinar os padrões de difusão e identificar líderes e seguidores no mercado.

Uma inovação é considerada "nova para o mercado" quando a empresa é a primeira a introduzi-la em seu mercado, que pode ser definido como o ambiente que envolve a empresa e seus concorrentes, abrangendo uma região geográfica ou uma linha de produtos. O escopo geográfico para a definição de "nova para o mercado" é determinado pela visão da empresa sobre seu mercado de atuação e pode incluir empresas domésticas ou internacionais.

Por outro lado, uma inovação é considerada "nova para o mundo" quando a empresa é a primeira a introduzi-la em todos os mercados e indústrias, tanto domésticas quanto internacionais. Portanto, uma inovação "nova para o mundo"

representa um nível de novidade qualitativamente maior do que uma inovação "nova apenas para o mercado". Embora muitos estudos possam argumentar que a novidade para o mercado é suficiente para avaliar o grau de novidade das inovações, considerar a novidade para o mundo oferece uma opção para pesquisas que desejam uma análise mais detalhada.

O conceito de difusão de inovação está intimamente relacionado aos conceitos de trajetórias tecnológicas e paradigmas tecnológicos, que estabelecem padrões de comportamento para a resolução de problemas. Os paradigmas orientam a aplicação de rotinas estabelecidas na solução de problemas e indicam onde direcionar recursos, evitando desperdícios. Além disso, os paradigmas tecnológicos preenchem uma lacuna teórica, conectando o mercado às tecnologias existentes.

Considerando esses aspectos, a inovação vai além das atividades relacionadas apenas ao uso intensivo de tecnologia e abrange também atividades não tecnológicas, como as de marketing e organizacionais.

De acordo com a OECD (1997), essas inovações não tecnológicas são cruciais, especialmente em países latino-americanos, devido à necessidade contínua das empresas de se adaptarem às mudanças no contexto econômico. Isso reforça a ideia de que a mudança organizacional é uma dimensão essencial da competitividade das empresas.

Em países em desenvolvimento, a necessidade de mudança organizacional muitas vezes decorre da absorção de tecnologias geradas em países industrializados. Isso é induzido, por exemplo, por equipamentos importados que exigem alterações nos métodos e processos organizacionais. O comportamento das empresas nesse contexto desempenha um papel importante na explicação das diferenças no desempenho e na competitividade.

No ambiente jurídico brasileiro, a definição formal de inovação, estabelecida pelas leis federais de Inovação de 2004 e do Bem de 2005, desempenha um papel crucial na orientação e regulamentação das atividades inovadoras. Essas definições, apresentadas de maneira clara no Quadro 02:

Quadro 2 - Conceito de Inovação no Brasil

Conceito	Definição	Lei
----------	-----------	-----

Inovação	Introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho.	Lei nº Art10.973 de 11/2004, Art. 2º, alínea IV
Inovação Tecnológica	Concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo, que impliquem em melhorias incrementais e em efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado.	Cap. III da Lei nº 11.196 de 11/2005, Art. 17º, § 1

Fonte: Planalto (2023).

A partir desse contexto legal, construímos um quadro conceitual que delimita a inovação no presente estudo, considerando os seguintes aspectos:

**Melhoria do Desempenho e Vantagem Competitiva:** A inovação, como definida nas leis brasileiras, tem como objetivo central a melhoria do desempenho empresarial, buscando uma vantagem competitiva no mercado.

**Incerteza e Investimento:** A associação da inovação à incerteza quanto aos resultados destaca a natureza dinâmica e arriscada do processo inovador. A necessidade de investimento evidencia a importância do comprometimento financeiro na busca por soluções e aprimoramentos.

**Difusão e Impacto:** O impacto da inovação está relacionado à sua difusão no setor ou mercado, destacando a relevância da adoção generalizada de práticas inovadoras para otimizar seus benefícios e impactos econômicos.

**Utilização de Conhecimento Novo:** A inovação, conforme as definições legais, demanda a utilização de conhecimento novo, ressaltando a natureza disruptiva e transformadora desse processo.

No cenário brasileiro, essas definições não apenas fornecem bases legais para a compreensão da inovação, mas também influenciam diretamente as práticas empresariais, incentivando a busca por soluções criativas e promovendo um ambiente regulatório que reconhece e valoriza a inovação como impulsionadora do desenvolvimento econômico e competitividade empresarial

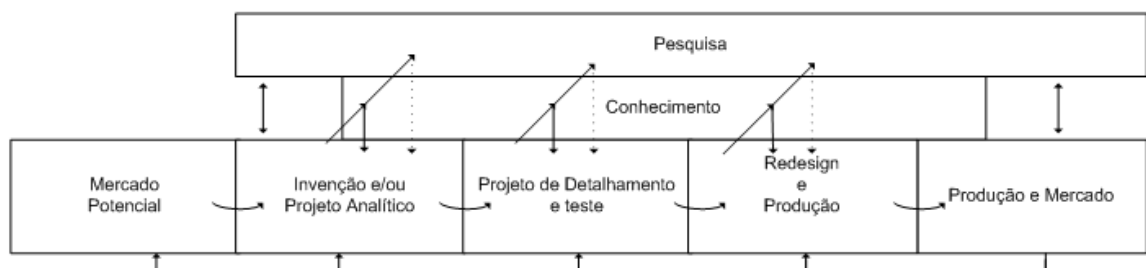
Outra questão relevante está associada à origem ou à forma como a inovação surge ou é gerada. Diversos modelos explicativos buscam explicar esse fenômeno, com o objetivo de aprimorar a gestão da inovação, visando assim minimizar os riscos envolvidos no processo e maximizar os resultados econômicos das atividades inovadoras. Esse tema será abordado no próximo subcapítulo deste estudo.

## 2.2 MODELOS DE INOVAÇÃO

Diferentes perspectivas sobre os modelos de inovação são destacadas na literatura. Na exploração da inovação aberta em universidades, Pinheiro et al. (2019) enfatizam a colaboração e o compartilhamento de conhecimento entre instituições de ensino superior e empresas como impulsionadores da inovação. Em sua revisão sistemática da literatura sobre inovação em empresas incubadas, Santos et al. (2019) realçam a importância da criatividade, empreendedorismo e adaptação na promoção da inovação.

Entre os principais modelos de inovação, destaca-se o modelo linear, cuja origem remonta ao período após a Segunda Guerra Mundial e que dominou o pensamento sobre inovação por aproximadamente três décadas. O outro modelo, conhecido como interativo, ou modelo do elo da corrente, foi inicialmente proposto por Kline e Rosenberg (FIGURA 01) e rapidamente se tornou um modelo que se contrapôs ao modelo linear (MRE, 2011; OECD, 1997).

Figura 2 - Modelo Kline e Rosenberg



Fonte: Adaptado de Kline e Rosenberg (1986).

No modelo linear, as etapas do processo de inovação são consideradas como uma sequência claramente definida de passos que se inicia com atividades de pesquisa, avança pelas fases de desenvolvimento do produto e, por fim, conduz à

produção e à comercialização (MRE, 2011). Para Teece (2008), o modelo linear parte de uma perspectiva neoclássica da inovação, em que os consumidores demandam novos bens e serviços que ainda não estão disponíveis no mercado. Essa demanda se reflete nos preços ou nas expectativas de preços futuros para um bem ou serviço. Os agentes identificam de alguma forma esses sinais do mercado e, em resposta, desenvolvem novos produtos e serviços. Entretanto, esse modelo possui limitações, pois não considera outras variáveis relevantes no processo de inovação que podem estar além das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e ignora o papel crucial do empreendedorismo, conforme destacado por Schumpeter (1988) e Drucker (2008).

No modelo interativo, a empresa é o ator principal que impulsiona a inovação. Ela é responsável pelas interações que ocorrem entre os diversos intervenientes envolvidos no sistema de ciência e tecnologia. A inovação é uma atividade conduzida pela empresa, que parte das necessidades do mercado e se baseia no conhecimento científico já existente ou busca a geração de novo conhecimento. Nesse contexto, a P&D deixa de ser a base da inovação, e a abordagem sequencial é considerada apenas um dos possíveis caminhos para a inovação (MRE, 2011).

É evidente, portanto, que a relação linear entre ciência, tecnologia e inovação representa apenas uma das vias de inovação. As interações entre pesquisa científica e tecnologia seguem diversos caminhos (MRE, 2011; OECD, 1997).

Pode-se identificar pelo menos cinco vias de inovação, com base no Modelo Interativo de Inovação (MRE, 2011):

1. O caminho central da inovação, que parte do mercado e tem a empresa como ponto central.
2. O caminho das realimentações (feedback loops), baseado no conceito de aprendizado por meio do uso, proposto por Kline e Rosenberg, que possibilita o surgimento principalmente de inovações incrementais por meio do uso e do feedback de todas as fases do processo.
3. O caminho direto entre pesquisa e empresa, no qual uma necessidade identificada pela empresa ou uma pesquisa aproveitada por ela direciona a inovação.
4. O caminho do modelo linear, que vai desde o avanço científico até a inovação.
5. O caminho das contribuições do setor manufatureiro para a pesquisa, fornecendo instrumentos, ferramentas etc., em que a tecnologia gera ciência.

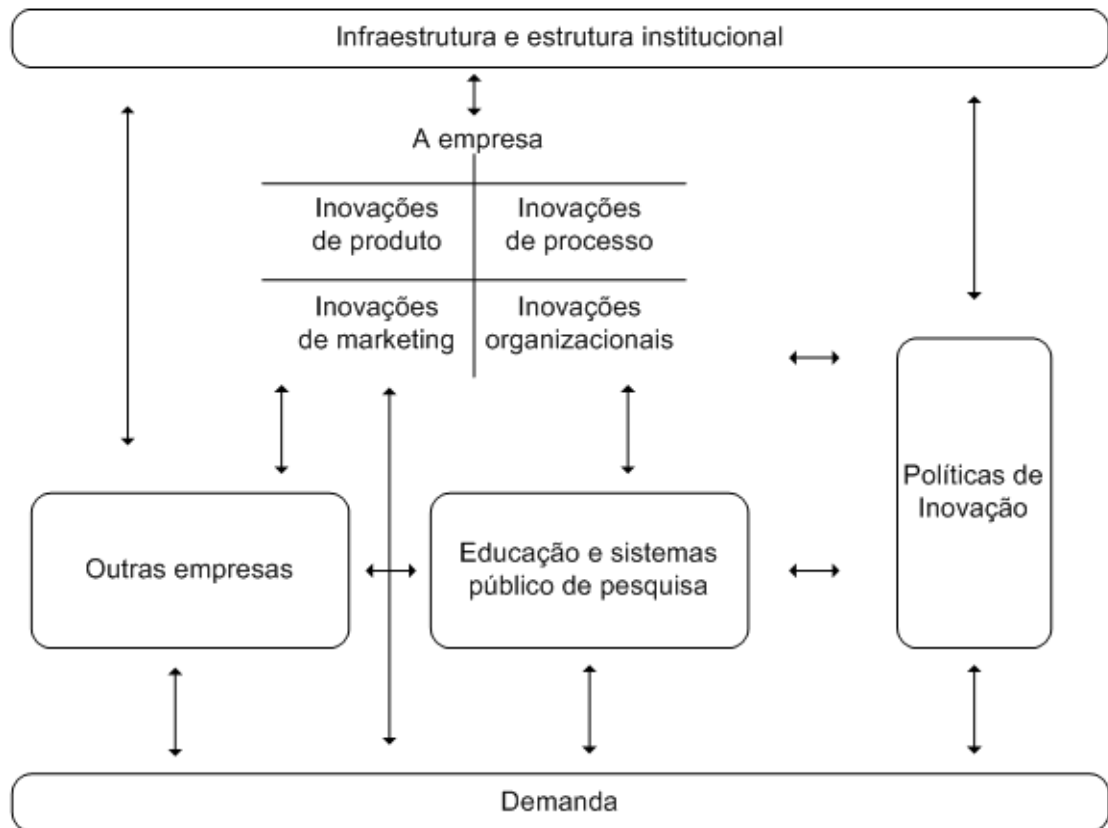


Portanto, fica claro que a existência de realimentações entre as atividades de pesquisa e produção da empresa é uma característica central do processo de inovação no modelo interativo.

Ao integrar diversas teorias sobre inovação, o Manual de Oslo propõe um modelo interativo mais adaptado para orientar o planejamento de pesquisas em inovação, adotando abordagens que consideram a inovação como um sistema centrado na empresa (FIGURA 02). As principais características dessa estrutura incluem (OECD, 1997):

- A inovação na empresa.
- As interações com outras empresas e instituições de pesquisa.
- A estrutura institucional na qual as empresas operam.
- O papel da demanda.

Figura 3 - A estrutura de mensuração da inovação – Manual de Oslo



Fonte: Adaptado de OECD (1997).

A gestão da inovação, por sua vez, abrange processos, estratégias e atividades voltadas a promover a inovação de maneira sistemática e organizada. Pereira et al. (2018) realizam uma revisão integrativa da literatura sobre a gestão da inovação em instituições públicas de ensino superior, sublinhando a necessidade de estruturas organizacionais flexíveis, cultura de inovação e investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Nogueira et al. (2018) abordam a propriedade intelectual e a inovação em empresas incubadas, destacando a importância da proteção dos direitos de propriedade intelectual para estimular a inovação e a transferência de tecnologia. Uma gestão adequada da propriedade intelectual contribui para criar um ambiente favorável à inovação e ao desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Em síntese, os conceitos de inovação e gestão de inovação estão interligados na capacidade das organizações de conceber e implementar novas ideias, processos, produtos ou serviços. A inovação é vital para a competitividade e crescimento das empresas, enquanto a gestão da inovação busca facilitar esse processo por meio de estratégias, recursos e estruturas organizacionais apropriadas.

A gestão da inovação em universidades desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de soluções criativas e avanços científicos. Diversos modelos são propostos para auxiliar nesse processo, sendo a inovação aberta, conforme discutida por Pinheiro et al. (2019), um modelo em ascensão que fomenta a colaboração entre a academia, empresas e outros setores, estimulando a criação e transferência de conhecimento.

Outro modelo relevante é o de transferência de tecnologia, focado na comercialização de resultados de pesquisa e transferência de conhecimento científico para o setor empresarial. A colaboração com empresas e instituições industriais facilita a transferência de tecnologia e a aplicação prática de conhecimentos acadêmicos.

A literatura também discute modelos de gestão baseados em redes de colaboração entre universidades, empresas e outros atores relevantes, visando integrar diferentes perspectivas e recursos para criar um ambiente propício à inovação.

A gestão da inovação em universidades enfrenta desafios, como a falta de incentivos para pesquisadores e professores envolvidos em atividades de inovação, restrições orçamentárias e carência de recursos tecnológicos. A promoção da

colaboração e cooperação entre pesquisadores, empresas, governo e sociedade civil é essencial para superar essas barreiras e estimular a inovação.

A liderança desempenha um papel crucial na gestão da inovação em universidades, criando ambientes favoráveis à inovação e incentivando a colaboração entre departamentos e instituições. Líderes engajados estabelecem visões claras, promovem uma cultura de inovação e facilitam a criação de redes de colaboração que impulsionam a inovação.

Conforme discutido por Viana et al. (2018), a liderança é vital para superar desafios e estabelecer uma cultura de inovação que valorize o pensamento criativo, a experimentação e o aprendizado contínuo. A capacidade de influenciar e articular diferentes atores, facilitando redes de colaboração, é fundamental para o sucesso da gestão da inovação em universidades.

Em suma, a gestão da inovação em universidades exige uma abordagem colaborativa, envolvendo múltiplas partes interessadas, a fim de superar desafios e promover a inovação de maneira eficaz. A escolha do modelo adequado depende dos objetivos e contextos específicos da instituição.

### 2.3 GESTÃO DA INOVAÇÃO E A LEGISLAÇÃO FEDERAL

A legislação federal desempenha um papel fundamental na promoção e regulamentação da gestão da inovação no Brasil. Diversas leis e regulamentações foram implementadas para estimular a inovação em diferentes setores, desde a ciência e tecnologia até o empreendedorismo. A Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004) foi um marco ao incentivar parcerias entre universidades e empresas, além de criar mecanismos de estímulo à pesquisa e desenvolvimento. Posteriormente, a Lei Complementar nº 182/2021, conhecida como "Lei das Startups," trouxe novas disposições para o ecossistema de inovação, simplificando regulamentações, incentivando investimentos, protegendo a propriedade intelectual e promovendo a contratação de startups pelo governo. Essas leis são de significativa importância, uma vez que fornecem um arcabouço legal para a gestão da inovação no país, criando um ambiente favorável para o desenvolvimento de empresas inovadoras e contribuindo para o crescimento econômico e a promoção da inovação no Brasil.

Além disso, a gestão da inovação é essencial para o sucesso das organizações, sejam elas empresas, instituições de ensino ou órgãos

governamentais. Através da gestão estratégica da inovação, as organizações podem promover a criação e implementação de novas ideias, processos, produtos e serviços de forma sistemática e organizada. Essa gestão envolve a definição de estratégias, a alocação de recursos, a criação de estruturas organizacionais flexíveis e a promoção de uma cultura de inovação. A gestão da inovação estimulará a criatividade, o empreendedorismo e a colaboração, visando impulsionar a inovação e a competitividade. Portanto, a legislação federal e a gestão da inovação estão interligadas na busca por um ambiente propício ao desenvolvimento e à aplicação de novas ideias e tecnologias, promovendo o progresso econômico e social.

#### 2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O método de categorização adotado neste estudo envolveu uma abordagem qualitativa. Inicialmente, as entrevistas foram integralmente transcritas, identificando unidades de significado relevantes. A codificação, originada dessas unidades, resultou em um esquema de categorização abrangente, destacando trechos representativos das falas dos entrevistados. A validação cruzada assegurou a confiabilidade dos resultados, proporcionando uma compreensão abrangente das percepções sobre inovação e regulamentação na UFC. A abordagem integrada fortaleceu a robustez e validade das conclusões.

A interseção entre inovação e regulamentação representa um desafio complexo e crucial para instituições de ensino e pesquisa, destacando-se como um campo dinâmico sujeito a constantes mudanças legais e demandas inovadoras.

No contexto da Universidade Federal do Ceará (UFC), este estudo busca explorar as vozes e experiências de profissionais engajados nesse ecossistema, visando compreender as nuances, desafios e oportunidades que surgem dessa interação.

Por meio de entrevistas, foram identificadas diversas categorias que encapsulam as perspectivas dos participantes sobre temas específicos, como conhecimento das regulamentações, impacto nas instituições, adaptações necessárias, proteção de resultados de pesquisa, desafios na transferência de tecnologia, colaboração com o setor privado, fontes de financiamento e legislação, além de dificuldades gerais na promoção da inovação.

Cada categoria foi cuidadosamente delineada para oferecer uma análise aprofundada, proporcionando uma visão holística dos desafios enfrentados pela UFC nesse cenário complexo.

A compreensão dessas categorias não apenas contribui para o entendimento das dinâmicas presentes, mas também lança luz sobre possíveis estratégias e ações para superar obstáculos identificados pelos próprios agentes envolvidos.

Apresenta-se, a seguir, uma análise aprofundada de cada categoria, destacando os principais insights derivados das entrevistas e, ao final, propomos recomendações concretas para promover uma integração mais efetiva entre inovação e regulamentação na UFC.

- Conhecimento das Regulamentações (3.1)
  - Descrição da conscientização sobre regulamentações existentes.
  - Identificação das legislações relevantes para inovação.
  - Níveis de compreensão e conhecimento das regulamentações.
- Impacto das Regulamentações na Instituição (3.2):
  - Adaptações necessárias para cumprir as regulamentações.
  - Mudanças significativas nas estruturas e processos internos.
  - Necessidade de atualização das normas institucionais.
- Adaptações Necessárias para Cumprir as Regulamentações (3.3):
  - Estratégias para atender às regulamentações.
  - Avaliação das mudanças necessárias na gestão e processos.
  - Valorização dos profissionais envolvidos na inovação.
- Proteção de Resultados de Pesquisa (2.3):
  - Métodos e estratégias para proteger propriedade intelectual.
  - Desafios e soluções na gestão da propriedade intelectual.
  - Colaboração entre setores para assegurar proteção.
- Desafios na Transferência de Tecnologia (2.5):
  - Gargalos institucionais na transferência de tecnologia.
  - Qualificação e recursos insuficientes.
  - Dificuldades na interação com setor privado.
- Colaboração com Setor Privado (2.4):
  - Formas de colaboração estabelecidas com o setor privado.
  - Experiências em prestação de serviços e P&D.
  - Desafios e oportunidades na colaboração.

- Fontes de Financiamento e Legislação (2.2):
  - Estratégias para buscar financiamento alinhado à legislação.
  - Uso de leis de ciência e tecnologia para captação de recursos.
  - Limitações e possibilidades identificadas nas leis.
- Dificuldades Gerais na Inovação (2.1 e 2.1):
  - Desafios inerentes ao ambiente de inovação.
  - Questões burocráticas e legislativas.
  - Necessidade de melhorias na cultura organizacional.

Essas categorias proporcionam uma visão das experiências e percepções dos entrevistados em relação à interface entre inovação e regulamentação na UFC.

## 2.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTA

No contexto do conhecimento das regulamentações, os participantes demonstraram amplo entendimento sobre os processos inovadores na UFC. Foi ressaltada a relevância do Marco Legal, CTI e outros decretos, como o de 2018, impulsionando a inovação. A importância do Marco Legal de Startups também foi destacada. A conscientização sobre essas regulamentações emerge como crucial para alinhar os processos inovadores com as exigências legais vigentes.

Os entrevistados enfatizaram a necessidade de adaptar a gestão para cumprir as regulamentações. Isso envolve a atualização de normas internas da instituição, investimentos em especialistas, promoção de aprendizagem contínua e valorização dos servidores envolvidos. A colaboração com agências de fomento também foi citada como essencial para apoiar áreas específicas e garantir impacto social.

No âmbito da proteção de resultados de pesquisa e inovação, destacou-se o papel de órgãos internos na proteção de patentes e software. No entanto, foi apontada a necessidade de melhor integração entre as áreas de inovação e empreendedorismo, indicando desafios na estrutura organizacional. A ênfase na confidencialidade e sigilo evidenciou a importância de proteger ativos por meio de cláusulas contratuais.

Os desafios na transferência de tecnologia foram delineados, destacando gargalos institucionais, falta de qualificação e recursos. A ausência de setores especializados, falta de formalidade e gestão política rotativa foram identificados como

obstáculos. A fragilidade do ecossistema interno impacta a eficácia na transferência de tecnologia.

A colaboração com o setor privado na UFC envolve diversas formas, desde prestações de serviços até licenças de tecnologia. No entanto, foi evidenciado que a falta de um setor qualificado impacta a negociação e formalização dessas parcerias, indicando um desafio na maximização dessas oportunidades.

As fontes de financiamento na UFC foram citadas, incluindo órgãos como CNPQ e CAPES. Foi mencionada a busca por licenciamentos e destacada a subutilização das legislações de ciência e tecnologia, sugerindo potencial para explorar mais oportunidades de financiamento. A necessidade de clareza nas legislações também foi apontada.

A descentralização na gestão de inovação foi identificada como a principal dificuldade. A falta de cultura para a inovação e a divergência na interpretação de termos e legislações foram obstáculos significativos. A sugestão de uma gestão mais unificada desde o início até a prestação de serviços evidencia a busca por uma abordagem mais coesa na promoção da inovação.

Foi destacada “a burocracia” como a principal dificuldade na interface entre inovação e regulamentação. A complexidade e falta de clareza em legislações foram apontadas como entraves, gerando insegurança jurídica. Essa dificuldade foi ressaltada como um obstáculo significativo para estimular a participação dos envolvidos na inovação.

Com base nas valiosas contribuições dos entrevistados, emergiram propostas estratégicas para superar os obstáculos identificados na interface entre inovação e regulamentação na UFC. Uma das principais proposições é o aprimoramento da política de inovação, destacando a necessidade de ajustes para lidar com a complexidade dessa interface. Os entrevistados enfatizaram a importância de considerar aspectos como conflito de interesse e propriedade intelectual nesse processo, proporcionando insights valiosos para o desenvolvimento dessas adaptações.

Outra proposição relevante diz respeito ao fortalecimento da estrutura organizacional da UFC. A sugestão é investir na criação de uma estrutura mais integrada, com setores especializados, gestão unificada e pessoal capacitado. Essa recomendação visa não apenas otimizar os processos inovadores, mas também promover uma abordagem mais eficaz na gestão das regulamentações associadas.

No que diz respeito à cultura interna, os entrevistados destacaram a importância de estímulos à inovação. Nesse sentido, propõe-se a implementação de ações que promovam uma cultura organizacional favorável à inovação. Isso inclui iniciativas como treinamentos, capacitação de professores e estratégias de comunicação interna, refletindo a preocupação em alinhar entendimentos sobre processos inovadores e regulamentações.

Tornar a tramitação dos processos mais célere também foi apontada como uma área-chave para intervenção. A proposição consiste em adotar medidas de transformação digital que visem a agilizar processos, garantir clareza nas documentações e promover uma comunicação eficaz entre diferentes setores da instituição. Essa abordagem alinha-se à busca por eficiência e eficácia na gestão da interface entre inovação e regulamentação.

Propõe-se, ainda, revisões e atualizações nas legislações internas para criar um ambiente normativo mais adaptável e alinhado com as demandas dinâmicas da inovação. Essa proposição visa superar os desafios percebidos na interpretação e aplicação das normativas, promovendo um ambiente mais propício à inovação na universidade.



### 3 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada proporcionou uma análise aprofundada da interface entre inovação e regulamentação na Universidade Federal do Ceará (UFC). No entanto, é importante reconhecer algumas limitações inerentes a este estudo. Em primeiro lugar, a concentração na UFC pode limitar a generalização dos resultados para outras instituições de ensino superior.

Além disso, a amostra de entrevistados, embora representativa da comunidade acadêmica, pode não abranger completamente todas as perspectivas dentro da universidade.

Para futuras pesquisas, sugere-se a expansão do escopo para incluir comparações interinstitucionais, permitindo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas entre inovação e regulamentação. Investigar setores específicos de inovação na UFC também pode fornecer insights mais detalhados e contextuais.

Nessa esteira, pode-se explorar a percepção de outras partes interessadas, como empresas privadas colaboradoras e órgãos reguladores, poderia enriquecer a compreensão da interface em questão.

Outro ponto relevante para futuros estudos é aprofundar a análise das proposições sugeridas para superar obstáculos na interface entre inovação e regulamentação. Avaliar a implementação dessas propostas e seu impacto prático na dinâmica universitária seria valioso para orientar estratégias futuras.

Considerar a evolução ao longo do tempo dessas práticas e políticas pode fornecer uma visão longitudinal dos desafios e oportunidades enfrentados pela universidade.

As proposições apresentadas constituem um roteiro estratégico para aprimorar a interface entre inovação e regulamentação na Universidade Federal do Ceará (UFC). A sugestão de ajustes na política de inovação destaca a necessidade de considerar nuances específicas, como conflitos de interesse e propriedade intelectual, proporcionando um arcabouço mais eficaz para lidar com desafios regulatórios.

O fortalecimento da estrutura organizacional, por meio de investimentos em setores especializados e uma gestão unificada, visa superar obstáculos institucionais. A promoção de uma cultura interna voltada para a inovação, mediante treinamentos, capacitação de professores e estratégias de comunicação, emerge como um pilar essencial para alinhar entendimentos sobre processos inovadores e

regulamentações. A proposta de adoção de medidas de transformação digital visa não apenas agilizar processos, mas também garantir clareza nas documentações e aprimorar a comunicação entre distintos setores da instituição. Por fim, a sugestão de revisões e atualizações na legislação interna busca criar um ambiente normativo mais adaptável e alinhado com as demandas dinâmicas da inovação, contribuindo para a construção de uma UFC mais eficiente, inovadora e em sintonia com as exigências regulatórias contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. (2015). Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil. (2014). Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2014. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil. (2018). Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e o art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para dispor sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Mendes, A., et al. (2022). Inovação aberta e startups: uma análise da Lei Complementar 182/2021. *Revista Brasileira de Inovação*, 19(2), 249-270.
- NOGUEIRA, L. R. A.; MACEDO-SOARES, T. D.; ALMEIDA, E. L. Propriedade intelectual e inovação em empresas incubadas: um estudo exploratório em incubadoras no Brasil. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 17, n. 2, p. 341-362, 2018.
- Oliveira, R., et al. (2023). Lei Complementar 182/2021 e suas implicações para o ecossistema de startups no Brasil. *Revista de Gestão, Inovação e Sustentabilidade*, 9(1), 50-70.
- PEREIRA, L. A. G.; RIBEIRO, L. R.; CAMARGO, M. E. A gestão da inovação em instituições públicas de ensino superior: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 17, n. 3, p. 318-335, 2018.
- PINHEIRO, L. A.; SILVA, J. S. S.; SANTOS, J. C. S.; et al. A inovação aberta em universidades: análise de um estudo de caso em uma instituição de ensino superior. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, v. 6, n. 2, p. 53-71, 2019.
- Rocha, J., et al. (2021). Lei Complementar 182/2021 e os impactos no ecossistema de startups: uma análise exploratória. *Revista Brasileira de Inovação*, 18(Supl 1), 187-205.
- SANTOS, L. P. V.; PACHECO, C. B. P.; CARVALHO, M. M. Inovação em empresas incubadas: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, v. 18, n. 1, p. 36-51, 2019.
- Santos, P., & Costa, L. (2020). A Lei 10.973/2004 e o Estatuto das Startups: possíveis interfaces entre as políticas de inovação e empreendedorismo no Brasil. *Revista Brasileira de Inovação*, 19(1), 133-151.
- Silva, M., et al. (2021). Lei de Inovação e os impactos na relação entre universidades e empresas. *Revista de Gestão e Projetos*, 12(1), 7-22.

## ANEXO - ENTREVISTAS

### Carol Matos

3.1 Você está ciente das novas regulamentações relacionadas aos processos inovadores no âmbito das instituições de ensino e pesquisa? Se sim, quais são essas regulamentações?

Sim, estou ciente das regulamentações, tudo isso inclusive a nível de projeto de pesquisa para o doutorado. As regulamentações envolvem o Marco Legal, CTI, o Decreto de 2018, como outras, como o Marco Legal de Startup, e tudo isso vem fomentar e impulsionar processos inovadores no âmbito das instituições de síndrome de pesquisa e CTI.

E tem esses marcos de tecnologia, tem aqueles que também vem falar mais especificamente de empreendedorismo, como o Marco Legal das Start-Up, e os seus decretos -regulamentadores é o que eu consigo lembrar agora.

3.2 Quais mudanças significativas essas regulamentações podem trazer para sua instituição?

Então, para cumprir as regulamentações, precisa mudar toda a estrutura. Gerenciar melhor todos os níveis de gestão de inovação. Tratar com uma coisa extremamente complexa que o é. Unir inclusive comunicação.

Tem que unir, pedra intelectual, transferir tecnologia, parcerias, empreendedorismo, ambiente de motor de inovação, no caso da gente o Partec, e comunicação. O melhor caso do acesso que a gente tem no Brasil, que é a Unicamp, faz isso, faz isso há muito tempo e roda muito, tem muito dinheiro, consegue agregar valor para a universidade, impacta socialmente.

Muita gente no ambiente ali de São Paulo, Campinas. Então, para cumprir, a gente precisa adaptar a gestão disso, colocar pessoas especialistas nisso, com a governança política, obviamente, acima disso, mas precisa.

Atualizar as normas internas da instituição, autorizando e conduzindo o caminho para que o que está na legislação seja cumprido, ou seja possível. Gerar maior aprendizagem para essas pessoas, recursos e tal, quem sabe até criar concursos para essa área.

Valorizar melhor os servidores que trabalham nessa área, para fazer ele mestrado, doutorado, e ter um salário mais interessante, que sabe até com projetos. A gente precisa muito do apoio da agência do fomento local da FAP, para que ela consiga olhar para essa área, e não só colocar dinheiro na startup, na spin-off, por exemplo, ou na pesquisa, mas no SUS, não é RRH, na galera que é competente a fazer esse assunto, e fazer com que eles estudem mais e tal, produzam mais sobre esse assunto, e consigam gerar mais impacto.

De ponta a ponta, a gente precisa de apoio, não só os pesquisadores, não só a pesquisa, mas sobretudo, para que esse 3 .3 acontece, todo o resto, para que quem coloca isso para acontecer, os gestores, os diretores, os coordenadores, o operacional de uma agência de inovação de fato consiga fazer com que isso tudo que a gente está criando, saiba para sociedade.

Sem isso, a gente não vai conseguir fazer, assim, o Oba, a Oba de inovação, e a gente não vai conseguir resolver o nosso problema, que é transferir tecnologia e causar impacto social. É isso.

3.3 Quais adaptações sua instituição considera necessárias para cumprir essas regulamentações?

Eu acho que a regulamentação em si não muda, não. Muita coisa não. Ela pode fomentar, e isso, mas se a gente não conseguir entender a necessidade de reajuste institucional para que isso exista, a gente não vai conseguir causar eficiência na norma.

Eu acho que o que ela pode mudar é fomentar a nível nacional, fomentar que a gente consiga alterar as normas internas, fomentar a nível de auditoria mesmo, fazendo com que a gente entenda pela dor, ou seja, o provou que obriga as situações, porque lá também tem uma forma de perda, até de recursos.

Tive ali adaptações às novas regulamentações, e tudo que tem que ser feito para o marco legal funcionar. Então, acho que se as situações entenderem que isso realmente é importante, se houver uma atividade maior de compreensão sobre as sessões que é.

Estamos muito distantes para a nossa realidade, para você. Se isso acontecer e a gestão for unificada, a gente pode, sim, ver os benefícios reais dessa norma. Mas agora a gente aproveita muito pouco, porque poucos são os especialistas, como eu falei.

Os gestores dessas áreas, eles estão ainda engatinhando essas áreas, porque não são os gestores especializados, estão na instituição, que a maioria dos coordenadores são professores, e não tiveram o tato de gestão para isso, não têm funções definidas e processos de escritório mesmo, de transferência à ecologia IPI, para isso.

A realidade não tem recurso para contratar um ambiente térmico que ajude nisso. Então, acho que mudanças significativas para a regulamentação e que consegue permitir algumas coisas, mas, de novo, se a estrutura não funcionar, a gente não consegue contar isso como eficiência.

2.3 Como sua instituição protege os resultados de pesquisa e inovação por meio de propriedade intelectual?

Pelo UFCINOVA, protege patentes e software, não registra marca, tem resolução, que é a 38, que tem todo o processo, é bem feita, bem elaborado, bem acabado, mas ele está em uma pró-reitoria e todo o resto da inovação e empreendedorismo está em outra pró-reitoria, que é a pro Inter.

E embora a gente tenha ali a proteção dos resultados de pesquisa e inovação, tem sido melhor, mas a gente tem ali todo o outro processo de empreendedorismo em outro lugar, isso é um desafio, a gente protege dessa forma com cláusulas também contratuais, em projetos de P&D, protegendo aí via confidencialidade e sigilo além, para além das proteções junto com a INPI.

2.5 Quais são os principais desafios enfrentados na transferência de tecnologia da universidade para o mercado?

A principal dificuldade, esses desafios enfrentados na área de transferência para o mercado são os mesmos problemas da literatura. Gargalos institucionais, ou seja, de novo, não existem já estão unificadas.

Pouca qualificação, é um pouquíssimo recurso para comprar um software, para essência um software, para terceirizar alguma parte da área de proteção, para conseguir ter um respiro, para azeitar, fazer para as opções ativas a gente não faz, então a gente não consegue.

Ou seja, quanto menos a gente atira, obviamente menos a gente vai alcançar, então a gente não tem setor dentro da área de proteção, a gente não tem especialistas que façam resumos executivos, de documentos difíceis que são patentes ou outras tecnologias para conseguir vender isso.

Então não tem essa área, não tem esse expertise. Com a gestão política das coisas muda muito e acaba que a coisa é rotativa demais e o jurídico também tem dificuldade de compreensão da flexibilização dessa lei.

Os pesquisadores também fazem muitas coisas por fora, então a gente tem muita informalidade, a gente não consegue desafiar um processo complexo, como eu falei,

então às vezes não tem uma aderência. É difícil, é muito difícil por milhares de motivos.

A gente tem aí um ecossistema muito fraco que não será para querer a transferência e com a tecnologia para buscar essa universidade para fazer a licença para o patente. Eles não querem pagar, os pesquisadores não sabem negociar, então há uma dificuldade porque a gente não tem um setor muito qualificado, então acaba que depende mais dos pesquisadores.

Essas são as dificuldades.

2.4 Como é realizada a colaboração entre sua instituição e o setor privado?

Olha, existem várias formas de colaboração com o setor privado. A gente tem utilizado o Marco Legal CT&I para fazer prestações de serviços, P&D. Tem algumas outras situações como encomenda tecnológica que nós fizemos.

A gente já fez licença de tecnologia, ainda não fizemos licença de know-how ou licença de sorte. Mas a gente colabora sobretudo em prestações de serviços e P&D, né? P&D.

2.2 Como sua instituição busca fontes de financiamento que atendam às regras da legislação?

Olha, relação à propriedade intelectual, que foi com que eu trabalhei, a gente busca nas leis de, no marco legal, a gente buscava ali licenciamentos, né? Porque era o que tinha, porque a Norma da UFC permitia e era um processo possível, porque eu era muito, muito, muito difícil, muito complexo, né? Então eu não sei de outras formas como é que ela busca fonte de financiamento. Além disso, a gente tem captado recursos de fonte de fomento diversos para projetos institucionais, usando inscritos de projetos, submetendo aí em editar de fomento que dê em retorno para a universidade. Mas as legislações de ciência da tecnologia, elas preveem muito mais coisas e a gente talvez não utilize nem 20% disso.

2.1 Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela sua instituição no processo de inovação?

As dificuldades enfrentadas pela instituição no processo de inovação. Descentralização da gestão de inovação é a principal dificuldade. O ideal é que se faça uma gestão unificada desde a entrada, qualificada de processos, até a prestação de serviços, por isso que eu bato tanto na importância de uma agência de inovação, onde o mesmo ator gerencia todos os processos de propriedade intelectual, ambiente promotor de inovação como parque tecnológico, é empreendedorismo, um programa de empreendedorismo, porque vai também gerenciar custos, vai gerenciar recebimentos, o alho de estudo no mesmo lugar, TID, vai conseguir cobrar melhor, vai...

vai tudo, vai acontecer tudo. E isso é uma boa prática, uma boa prática na literatura, é uma boa prática no Brasil, no mundo, né? Então a principal dificuldade é essa. A gestão da inovação não é unificada, o jurídico ainda não é qualificado para receber essas demandas, ser proativo e próximo.

Os pesquisadores ainda tem muita dificuldade de entender que os processos formalizados são importantes, eles precisam passar por todos os procedimentos para chegar no processo de inovação, ainda o ecossistema interno, um não entendimento sobre alguns processos, e isso causa fragilidade de ponta a ponta.

Então, no final do dia também o problema de competências. Os gestores dessas áreas não são especialistas, são gestores professores que são colocados em cargos sem ser especialistas, sem terem trabalhado com isso, sem terem um background, boas práticas.

Isso é importante também dizer.

### **Barros Neto**

2.1 Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela sua instituição no processo de inovação?

Bom, acho que a principal dificuldade é a questão burocrática.

Acho que é tanta documentação, tanta legislação. Às vezes legislações que não conversam entre si, legislações que se enfrentam, ou seja, um é contra outra, então isso gera muito insegurança jurídica.

Então, no Brasil não há uma legislação, temos lá a lei de inovação e tudo, mas ela tem vários pontos que batem com, por exemplo, lei de licitações, lei de direitos autorais e tudo, então isso é muito complicado.

Então, eu acho que essa é a principal dificuldade para que você possa trabalhar a questão da inovação. Além disso, há toda uma burocracia inerente ao processo que dificulta muito desestimula os professores a participar disso aí.

2.2 Como sua instituição busca fontes de financiamento que atendam às regras da legislação?

Bom,

ao 2.2, como substituição busca fontes de financiamento que atendam as regras de legislação. Bom, aqui é na instituição, que no caso da UFC, boa parte destas recursos de pesquisa vêm de fontes públicas ou mistas.

Então, por exemplo, vêm de fontes de fomento, CNPQ, CAPS, FUNCAP, e também vêm da Petrobras, VEMDO, BNDS, da FUNEP. Então, essas são as grandes fontes de financiamento que tem as suas regras que facilitam o processo.

Ele burocratiza, mas ele facilita, por exemplo, a prestação de contas.

2.3 Como sua instituição protege os resultados de pesquisa e inovação por meio de propriedade intelectual?

No caso da Universidade Federal de Ceará existe o comitê, que é o Comitê de inovação tecnológica da universidade, que junto com a CIT, que é a Coordenadoria de Inovação Tecnológica, que é ligada para o Reitoria de Pesquisa e Pós -Graduação, que faz todo esse processo de definição da propriedade intelectual do financiador e da UFC, isso já tem toda uma legislação interna da universidade que regulamento isso aí.

2.4 Como é realizada a colaboração entre sua instituição e o setor privado?

Como é realizada a colaboração entre sua instituição e setor privado? Bom, essa colaboração é muito parte do pesquisador. Então normalmente o pesquisador ou ele é procurado pela empresa, ou ele procura a empresa para apresentar e discutir ideias que sejam de interesse de ambos, tanto da UFC quanto da empresa.

E a partir disso aí, feito todo um processo internamente, seguindo todas as regras da universidade, tanto a parte administrativa financeira como a parte técnica. Então existem todas as regras pelo qual a universidade, o pesquisador deve seguir por parte da universidade.

2.5 Quais são os principais desafios enfrentados na transferência de tecnologia da universidade para o mercado?

Bom,

eu acho que o principal ponto é toda uma legislação, falta uma legislação mais clara desse processo.

Há uma entrava muito grande de definir essa questão da propriedade intelectual, aí depois que, aí, quando for a ver, por exemplo, o licenciamento ou a transferência da tecnologia a toda uma burocracia e tem todo um processo à universidade junto com as fundações, então esse processo não é ágil, então isso dificulta esse processo de transferência.

Então acho que um dos principais desafios seria melhorar essa facilitar esse processo, agilizar esse processo através da legislação mais clara, mais simples, em que garantisse a propriedade intelectual da universidade, mas que ao mesmo tempo agilizasse até para incentivar e buscar outros processos.

3.1 Você está ciente das novas regulamentações relacionadas aos processos inovadores no âmbito das instituições de ensino e pesquisa? Se sim, quais são essas regulamentações?

Bom, eu estou ciente, existe a lei de inovação, a universidade tem uma política de inovação, mas essa política precisa ser aprimorada, até porque houve novos processos, outros professores, então precisa agilizar esse processo, então tem várias definições ainda que precisam, mas já há um incentivo, um conhecimento, um olhar da universidade para essa questão, mas que precisa de melhorias na política de inovação da universidade.

3.2 Quais mudanças significativas essas regulamentações podem trazer para sua instituição?

Bom, eu acho que uma regulamentação que deixa claro o que é o papel da universidade, o que é o papel do pesquisador, essa questão do conflito de interesse, que é um problema que tem gerado dentro da universidade, por exemplo, as spin-offs. Isso fica claro como é que esse produto que seja desenvolvido aqui dentro da universidade, como é que ele pode ser trabalhado pelo professor, qual é a relação entre o professor e a universidade, o pesquisador, e que desenvolveu uma inovação que tem potencial para virar um negócio.

Então, acho que isso é um ponto muito importante, que ainda foi feita uma lei da spin-off aqui na universidade, mas ainda não é ideal, então acho que precisa disso aí. Precisa definir claramente as questões de uso desses recursos, uso do espaço da universidade.

Eu também preciso estudar essa questão mais claramente da transferência, como é que o professor fica, apesar de ter a lei que diz lá que um terço é do professor, um terço é da universidade, não sei o que, isso não está claro, então não há segurança jurídica para isso aí.

Então, acho que essas regulamentações internas precisam ser feitas de forma clara e rápida para poder aproveitar esse processo.

3.3 Quais adaptações sua instituição considera necessárias para cumprir essas regulamentações?

As pessoas precisam entender tanto internamente da universidade como, né, a parte burocrática da universidade como os professores, então eles têm que ficar mais claro para eles. Eu acho que a gente precisa ter um processo de digitalização, transformação digital, que vai tornar vários processos mais rápidos, né, a partir de documentações claras, a partir de processos bem definidos, o uso do computador para que a gente seja mais rápido nesse processo, os processos muito claramente definidos dentro da instituição, tanto para as fundações como para o pesquisador, como para as empresas que trabalham fora, né, então acho que esse é o ponto, né, agilizar esse processo usando aí, por exemplo, a transformação digital.

**Jose Cleiton**

**Dificuldades enfrentadas pelas universidades no ambiente de inovação:**

2.1 Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela sua instituição no processo de inovação?

2.2 Como sua instituição busca fontes de financiamento que atendam às regras da legislação?

2.3 Como sua instituição protege os resultados de pesquisa e inovação por meio de propriedade intelectual?

2.4 Como é realizada a colaboração entre sua instituição e o setor privado?

2.5 Quais são os principais desafios enfrentados na transferência de tecnologia da universidade para o mercado?

**Novas regulamentações relacionadas aos processos inovadores:**

3.1 Você está ciente das novas regulamentações relacionadas aos processos inovadores no âmbito das instituições de ensino e pesquisa? Se sim, quais são essas regulamentações?

3.2 Quais mudanças significativas essas



regulamentações podem trazer para sua instituição?

3.3 Quais adaptações sua instituição

considera necessárias para cumprir essas regulamentações?

Na minha visão, a dificuldade elementar primária é a cultura. Não existe uma cultura para a inovação. Não existe uma língua, uma cultura no sentido do entendimento da linguagem do que a inovação. O que se busca é como os atores conversam, dialogam com a inovação. O que a inovação na área do parque tecnológico é destoante da inovação tecnológica do setor tecnológico, por mais que isso a princípio pareça. Como assim? Um parque tecnológico está falando diferente do setor de inovação? Não há comunicação, não há essa cultura uniforme. Essa cultura não chega também na parte administrativa. As pessoas que cuidam do processo. Na minha visão, a principal dificuldade hoje é em termos de cultura, É uma ramificação dessa dificuldade, é a linguagem. Você não fala dentro da mesma instituição, a mesma terminologia, os mesmos termos. Você não conhece e não estuda a mesma legislação, Então não tem como você se comunicar e possibilitar com que você resolva os problemas. Você tem uma dificuldade, você tem um problema a ser encarado por um setor. Ele entende de forma totalmente destoante. Você recebe um processo na área de inovação, tem uma legislação específica de inovação, se encaminha ao setor de contratos e convênios. Ele vai olhar como uma licitação, uma lei totalmente geral, diferente. Você tem uma lei específica, mas ele interpreta como uma lei geral que não tem muita correlação com o caso específico.

Então, isso é a maior dificuldade de cultura e de ramificação. Essa linguagem, essa. Essa percepção. Como sua instituição busca fontes de financiamento que atendam as regras? Bom, isso na visão da UC. Isso é muito precário. Na minha concepção. Existe hoje pequenas iniciativas como a cessão de uso, outorga de espaço pelo parque tecnológico para se gerar um certo financiamento, mas não em fonte renda suficiente de fluxo contínuo para se receber. Não existe, diferente de outras instituições, um retorno do que é do seu ressarcimento para investimento em inovação. A gente tem uma universidade, a Universidade Federal de Pernambuco. Uma parte do ressarcimento, no lugar de ir para a GRU, para a União, para entrar na conta única, ele é reinvestido dentro do próprio sistema de inovação. Então, não existe esse mecanismo de autofinanciamento que tenta se criar alguns fundos, algumas reservas técnicas, mas até hoje isso operacionalmente não foi realizado. Então, é muito precário e a gente pode dizer que quase inexistente. A gente vai citar mais a frente, mas o que a gente ainda identifica como uma possibilidade de financiamento é quanto uma tecnologia que é produzida na universidade. Ela vai ao mercado, ela gera um certo royalties e parte desse valor volta para a universidade. Então, mais uma forma muito, ainda muito iniciante, muito incipiente. Como sua instituição protege o seu estado de pesquisa e inovação por meio da propriedade intelectual? Nessa parte, nos últimos cinco anos, a gente vê uma crescente na universidade em termos de proteção, até porque é cultura da universidade.

Quando, e voltando até um pouco nesse âmbito da cultura de tudo que é feito, tentar proteger, porque diversos índices de inovação, de pesquisa, seja de diferentes instituições. Na hora de fazer levantamento de dados, eles analisam a quantidade de protocolos, não necessariamente a quantidade de cartas patentes concedidas, mas a quantidade de pedidos de proteção de ativos de propriedade intelectual, seja desenho industrial, seja patente de inovação, seja modelo de utilidade. Software, então, já é do nascedouro da própria pesquisa essa ânsia pela proteção e internamente, a universidade, nos últimos cinco anos, evoluiu com a sua política de inovação e com o setor específico, com critério técnico extremamente capacitado para dar todas as orientações e definir a melhor estratégia de proteger. Então, eles se identificam,

recebem a demanda da notificação daquela invenção, conversam com o pesquisador, identificam a área, preparam, orientam na documentação necessária e realizam a melhor estratégia de proteção, seja em âmbito nacional, seja em âmbito nacional, internacional. Então, nesses ativos, a universidade está colhendo grandes resultados, tanto na defesa, tanto no protocolo de novos pedidos dos últimos cinco anos, como nas respostas, às vezes, às exigências dos anos anteriores. A política de inovação, o que fez com que a universidade saísse de 2019 de uma carta patente para 2023, com 47 cartas patentes, né? Melhorou muito essa. A inovação em termos de proteção dos ativos. Vou te perguntar.

O que eu acho que pode mudar. Mas tu considera que essa melhoria, essa melhor organização e melhor aproveitamento dos últimos cinco anos, que isso está também assim, não diretamente ligado ao fato da Lei de Inovação ter sido regulamentada porque foi em 2018 também. Então essa regulamentação da lei fez com que a universidade buscasse criar a política e arrumar ou não?

Sim, apesar da resolução atual da universidade ser anterior ao decreto, a boa parte. Apesar disso, boa parte da resolução foi feita em disposições gerais que permitiu com que normativos? Portarias. Outras resoluções. Regulamentar se de uma forma mais fácil. Então, no sentido, no sentido geral, a Lei de Inovação foi um grande impulso para que a universidade tivesse um setor específico de proteção de ativos. E, além disso, como a pesquisa está diretamente ligada à proteção, houve um certo um olhar atento a esse setor, com investimento em pessoal, com pessoal mais capacitado específico para essa área com que gerou esses resultados. Mas é.

Uma coisa mais recente.

Mais recente.

Que a lei é de 2012, né?

Isso começa em 2004. Aí tem alteração em 16, 16, 17. Houve uma pequena alteração, mudança de 18 decreto.

Então esse é um lapso temporal muito grande em termos de normativos internos e de ação, para que a universidade passe a ter ganhos.

O protocolo em si é de proteção ele é.

## APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### QUESTIONÁRIO

#### **1 - Identificação do respondente:**

1.1 Nome:

1.2 Cargo/Função:

#### **2 - Perguntas:**

##### **2.1. Tema: Dificuldades enfrentadas pelas universidades no ambiente de inovação:**

2.1.1. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela sua instituição no processo de inovação?

2.1.2. Como sua instituição busca fontes de financiamento que atendam às regras da legislação?

2.1.3. Como sua instituição protege os resultados de pesquisa e inovação por meio de propriedade intelectual?

2.1.4 Como é realizada a colaboração entre sua instituição e o setor privado?

2.1.5 Quais são os principais desafios enfrentados na transferência de tecnologia da universidade para o mercado?

##### **2.2. Tema: Novas regulamentações relacionadas aos processos inovadores:**

2.2.1. Você está ciente das novas regulamentações relacionadas aos processos inovadores no âmbito das instituições de ensino e pesquisa? Se sim, quais são essas regulamentações?

2.2.2. Quais mudanças significativas essas regulamentações podem trazer para sua instituição?

2.2.3 Quais adaptações sua instituição considera necessárias para cumprir essas regulamentações?

Agradeço antecipadamente a sua participação. Suas respostas serão tratadas de forma confidencial e utilizadas apenas para fins acadêmicos.